



PROCURADORIA GERAL

PARECER Nº 43 / 2025 – CMPM-PG

Parecer Jurídico ao Projeto de Lei nº 10/2025, que “autoriza o Poder Executivo a implementar o uso do bem público municipal que delimita, mediante a efetivação do instituto da autorização de uso de bem público, a título precário e por prazo determinado, condicionado ao interesse público de que trata o §3º do artigo 116 da Lei Orgânica do Município”.

I – Do Relatório

Trata-se de parecer jurídico sobre o **Projeto de Lei Ordinária nº 10/2025**, de iniciativa do Chefe do Poder Executivo Municipal, que objetiva conceder autorização para uso de um espaço público de 27 m², localizado no Terminal Rodoviário de Pará de Minas, à Associação *Anjos do Asfalto Resgate Voluntário de Pará de Minas*, por um período de 5 (cinco) anos, para uso exclusivo de suas atividades institucionais de relevante interesse público e de fomento às atividades comerciais e empresariais no âmbito do município.

Juntou-se à proposição o Laudo de Avaliação do imóvel acima referido e a Mensagem nº 002/2025 do Chefe do Executivo, em que este menciona que a Associação *Anjos do Asfalto Resgate Voluntário de Pará de Minas*, sociedade sem fins lucrativos e sem vínculo político-partidário, tem por objetivo ampliar suas atividades institucionais de prestação de apoio e de atendimento à comunidade local, especialmente no que concerne ao atendimento clínico de resgate e primeiros socorros em espaços confinados, em alturas e em vítimas de acidentes de trânsito. Dessa forma, o instituto da autorização de uso à entidade tem sua escolha justificada “devido à precariedade do uso do bem, atrelada à discricionariedade da Administração, além da inexigibilidade de licitação, garantindo-se a incorporação das benfeitorias, independentemente de retenção/indenização após o termo de autorização de uso”.

Justifica ainda que o instituto da autorização de uso não se encontra abrangido pelo art. 76 da Lei nº 14.133/2021, que trata da alienação de bens da Administração Pública, portanto, não se enquadra na obrigatoriedade de procedimento licitatório. Assim, conforme entendimento da doutrina pátria, a Administração Pública pode autorizar que o particular utilize espaço público, ainda que de forma gratuita, por tempo determinado, conforme ora se pretende, mas sempre modificável e revogável de forma unilateral pelo Poder Público, a qualquer momento, quando o interesse público assim o



exigir, dado a sua natureza precária e o poder discricionário da Administração para consentir e retirar o uso do bem público.

Ressalta o Chefe do Executivo que, embora a autorização de uso não esteja abrangida pela citada Lei de Licitações, não há impedimento de que a Administração Pública realize licitação ou institua outro processo de seleção, sempre recomendável quando se trata de assegurar igualdade de oportunidade a todos os eventuais interessados, no entanto, no presente caso, não há necessidade de seleção pública uma vez que o bem cujo uso se pretende autorizar será direcionado à instituição sem fins lucrativos, cujas atividades não guardam correlação com a produção de bens ou prestação de serviços com concorrência no mercado.

Cita, ainda, jurisprudências e entendimentos doutrinários no sentido de que a autorização de uso não se trata de contrato, mas de ato unilateral da Administração Pública e se opera em caráter discricionário e precário, portanto, ***dispensa a licitação e a autorização legislativa***. Entretanto, justifica o encaminhamento do projeto de lei para autorização legislativa para que seja garantida a *ampla publicidade e a transparência* na materialização da autorização de uso em tema.

Por fim, cita normas a respeito do período eleitoral, no sentido de que as restrições impostas pela Lei nº 9.504/97 “não atingem a cessão de bens imóveis públicos como um todo, mas somente aquelas direcionadas ao benefício de algum candidato, partido político ou coligação”.

Contudo, por óbvio, não há mais que se falar em período eleitoral, considerando que as eleições municipais ocorreram no ano de 2024, não existindo mais qualquer tipo de vedação.

É o sucinto relatório.

II – Das Funções da Procuradoria

A Procuradoria Jurídica da Câmara de Pará de Minas, órgão consultivo com previsão no art. 44 da Resolução nº 543, de 28 de março de 2017 (Regimento Interno), exerce as funções de assessoramento jurídico e de orientação da Mesa Diretora, da Presidência da Casa e dos setores legislativos, através da emissão de pareceres escritos e verbais, bem como de opiniões fundamentadas objetivando a tomada de decisões, por meio de reuniões, de manifestações escritas e de aconselhamentos. Trata-se de órgão público que, embora não detenha competência decisória, orienta juridicamente o gestor público e os setores legislativos, sem caráter vinculante.



Os pareceres jurídicos são atos resultantes do exercício da função consultiva desta Procuradoria Jurídica, no sentido de alertar para eventuais inconformidades que possam estar presentes. Conforme leciona Hely Lopes Meirelles¹, “**o parecer tem caráter meramente opinativo, não vinculando a Administração ou os particulares à sua motivação ou conclusões, salvo se aprovado por ato subsequente. Já, então, o que subsiste como ato administrativo não é o parecer, mas, sim, o ato de sua aprovação por quem o solicitou, que poderá revestir a modalidade normativa, ordinatória, negocial ou punitiva**”.

Nesse sentido é o posicionamento do Supremo Tribunal Federal que, de forma específica, já expôs a sua posição a respeito², *in verbis*:

O parecer emitido por procurador ou advogado de órgão da administração pública não é ato administrativo. Nada mais é do que a opinião emitida pelo operador do direito, opinião técnico-jurídica, que orientará o administrador na tomada da decisão, na prática do alto administrativo, que se constitui na execução ex officio da lei. Na oportunidade do julgamento, porquanto envolvido na espécie simples parecer, ou seja, ato opinativo que poderia ser, ou não, considerado pelo administrador.

Desse modo, a função consultiva desempenhada por esta Procuradoria **não é vinculante**, motivo pelo qual é possível, se for o caso, que os agentes políticos formem suas próprias convicções em discordância com as opiniões manifestadas por meio do parecer jurídico.

Importante destacar também que o exame da Procuradoria Jurídica se cinge tão-somente à matéria jurídica envolvida, nos termos da sua competência legal, tendo por base os documentos juntados, razão pela qual não se incursiona em discussões de ordem técnica, bem como em questões que envolvam juízo de mérito sobre o tema trazido à apreciação, cuja análise é de exclusiva responsabilidade dos setores competentes³.

III – Da Técnica Legislativa

Preambularmente, é bom esclarecer que toda elaboração legislativa exige, acima de tudo, observância de procedimentos e normas redacionais específicas, requisitos que se inserem no âmbito de abrangência da “técnica legislativa”.

¹ MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 41ª ed., Malheiros Editores. São Paulo, 2015, p. 204.

² Mandado de Segurança nº 24.584-1 – Distrito Federal – Relator: Min. Marco Aurélio de Mello – STF.

³ Esse achado foi sintetizado no manual de boas práticas consultivas da AGU: “o órgão consultivo não deve emitir manifestações conclusivas sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência e oportunidade”.



Segundo o Ilustre Desembargador Kildare de Carvalho⁴:

(...) por lei se entende a regra imperativa de caráter geral, emanada de autoridade competente, após tramitação segundo processo legislativo estabelecido pelo Direito, imposta ao homem e sancionada pela força pública.

A técnica legislativa é o conjunto de procedimentos e normas redacionais e de formatação específicos que visam à elaboração de um ato normativo. Consiste, pois, na forma correta de elaborar as leis, de maneira que as torne exequíveis e eficazes, abrangendo um conjunto de regras e normas técnicas que vão desde a propositura até a publicação da lei.

A elaboração legislativa exige, acima de tudo, bom senso, critérios objetivos e responsabilidade, uma vez que as leis interferem, direta ou indiretamente, na vida das pessoas, sendo voltadas a um número indeterminado de destinatários finais.

Com efeito, o Regimento Interno desta Casa Legislativa estabelece, em seu art. 142, que a “*proposta de emenda à lei Orgânica e os projetos deverão ser redigidos de forma articulada, conforme a técnica legislativa*”.

Cabe ressaltar que, no âmbito do município de Pará de Minas, inexistente norma específica que regulamente a edição e elaboração de conteúdo legislativo, fazendo-se necessário, por isso, que se recorra a normas federais aplicáveis – no caso, a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Neste contexto, **não** foram verificadas inconsistências de ordem técnica na estruturação da proposição.

Orientamos, contudo, que sejam procedidas as demais **correções gramaticais necessárias, se houver**, quando da redação final, nos termos regimentais:

Art. 209. Concluída a votação da proposição, com ou sem emendas aprovadas, caberá à Mesa Diretora adequar o texto à correção vernácula, procedendo-se à redação final.

IV – Da Competência Legislativa e da Iniciativa do Executivo

A matéria tratada no projeto de lei em estudo é de **competência legislativa municipal**, em face do interesse local, consoante com o que dispõe o art. 30, inciso I, da Constituição Federal, reproduzido no art. 15, inciso I, da Lei Orgânica Municipal, os

⁴ CARVALHO, Kildare Gonçalves. Técnica Legislativa. 4 ed. rev. atual. e ampl. – Belo Horizonte: Del Rey, 2007, p. 65 e 66.



quais estabelecem competência ao Município para prover tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse e ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe privativamente legislar sobre assuntos de interesse local.

Segundo o ilustre autor José Nilo de Castro⁵ entende-se por interesse local “todos os assuntos do Município, mesmo em que ele não fosse o único interessado, desde que seja o principal [...] tudo que repercuta direta e imediatamente na vida municipal é de interesse local”.

Corroborando com o alegado, o mestre Hely Lopes Meirelles, leciona⁶:

*A aferição, portanto, da competência municipal sobre serviços públicos locais há de ser feita em cada caso concreto, tomando-se como elemento aferidor o critério da **predominância do interesse**, e não o da **exclusividade**, em face das circunstâncias de lugar, natureza e finalidades do serviço.*
[Destacamos]

Ademais, o art. 15 da Lei Orgânica Municipal também estabelece em seu inciso X, a competência do município para dispor sobre a **administração e utilização dos bens públicos**, bem como, aduz nos termos do art. 79, inciso VII, que compete ao Prefeito Municipal **autorizar o uso de bens municipais por terceiros**. Vejamos:

Art. 15. Ao Município compete prover a [sic] tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse e ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe, privativamente, dentre outras, as seguintes atribuições:

(...)

X – dispor sobre administração, utilização e alienação dos bens públicos;

(...)[Destacamos]

Art. 79. Compete ao Prefeito, entre outras atribuições:

(...)

VII – permitir ou autorizar, por até 60 (sessenta) dias, o uso de bens municipais por terceiros;

(...)

[Destacamos]

⁵ CASTRO, José Nilo de. Direito Municipal Positivo. 4. ed. Editora Del Rey, Belo Horizonte, 1999, p. 49.

⁶ MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Municipal Brasileiro. 14ª ed. Malheiros Editores, São Paulo, 2006, p. 338



Portanto, no que tange à distribuição de competência, não pairam dúvidas de que **o Município possui competência para tratar da matéria em questão**, vez que se trata de matéria de interesse local relacionada à gestão do patrimônio público municipal.

Quanto à **iniciativa** de lei sobre o assunto, tem-se que atos de administração e gestão de bens e serviços públicos cabem ao Prefeito, exclusivamente. Há competência privativa do Chefe do Poder Executivo para iniciar projetos de leis que disponham sobre organização e funcionamento da Administração Pública (CF, artigos 61, §1º, II, e 84, II e VI). Simetricamente, o art. 113 da Lei Orgânica Municipal versa que compete ao Prefeito a administração dos bens municipais.

Quanto à **espécie normativa**, não há na ordem constitucional, tampouco na Lei Orgânica Municipal, dispositivo que estabeleça a espécie normativa específica para tratar o assunto sob análise, razão pela qual a modalidade ordinária é a via adequada.

Nesse sentido, não vislumbramos nenhum óbice na presente proposição quanto à constitucionalidade formal da proposição, estando adequada quanto à competência legislativa, à legitimidade de iniciativa do Executivo e à adequação da espécie normativa.

V – Da Análise Jurídica

Os bens públicos podem ser utilizados pela pessoa jurídica de direito público que detém sua titularidade ou por outros entes públicos aos quais sejam cedidos, ou ainda, por particulares.

Em relação ao critério de exclusividade ou não do uso, combinado com o da necessidade ou não do consentimento expresso da Administração, o uso pode ser classificado como comum ou privativo.

O uso comum, em resumo, é o que se exerce, em igualdade de condições, por todos os membros da coletividade.

Já o uso privativo é o que a Administração Pública confere, mediante título jurídico individual, a pessoa ou grupo de pessoas determinadas, para que o exerçam, com exclusividade, sobre parcela de bem público. Pode ser outorgado a pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas.

Existe diferentes formas jurídicas de aperfeiçoamento do uso privativo de bens públicos por particulares, tais como: a autorização de uso; a permissão de uso; a concessão de uso; a cessão de uso e a concessão de direito real de uso. Esses institutos



se diferenciam, sobretudo, em razão de conferirem maior ou menor segurança ao particular destinatário do bem.

Hely Lopes Meirelles conceitua estes instrumentos da seguinte maneira:

Autorização de uso – é o ato unilateral, discricionário e precário pelo qual a Administração consente na prática de determinada atividade individual incidente sobre um bem público.

...

Permissão de uso – é o ato negocial, unilateral, discricionário e precário através do qual a Administração faculta ao particular a utilização individual de determinado bem público.

...

Cessão de uso – é a transferência gratuita da posse de um bem público de uma entidade ou órgão para outro, a fim de que o cessionário o utilize nas condições estabelecidas no respectivo termo, por tempo certo ou indeterminado.

...

Concessão de uso – é o contrato administrativo pelo qual o Poder Público atribui a utilização exclusiva de um bem de seu domínio a particular, para que o explore segundo sua destinação específica.

...

Concessão de direito real de uso – é o contrato pelo qual a Administração transfere o uso remunerado ou gratuito de terreno público a particular, como direito real resolúvel, para que dele se utilize em fins específicos de urbanização, industrialização, edificação, cultivo ou qualquer outra exploração de interesse social.

Recorremos à doutrina para elucidar o instituto jurídico da **autorização de uso de bem público por particulares**, que foi o escolhido pelo Executivo para o caso em estudo.

Leciona Maria Sylvia Zanella Di Pietro⁷ que:

Autorização de uso é o ato administrativo unilateral e discricionário, pelo qual a Administração consente, a título precário, que o particular se utilize de bem público com exclusividade. Como toda autorização administrativa, a de uso privativo é ato unilateral, porque não obstante outorgada mediante provocação do interessado, se perfaz com a exclusiva manifestação de vontade do Poder Público; discricionário, uma vez que o consentimento pode ser dado ou negado, segundo considerações de oportunidade e conveniência, a cargo da Administração; precário, no sentido de que pode ser revogado a qualquer momento, quando o uso se tornar contrário ao interesse público. Pode ser gratuita ou onerosa. A utilização não é conferida com vistas à utilidade pública, mas no interesse provado do utente. Aliás, essa é uma das características que distingue a autorização da permissão e da concessão.
[Destacamos]

⁷ DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 18ª ed. São Paulo: Atlas. 2005. p. 602-606.



Segundo a autora, a utilização pode ser gratuita ou onerosa e visa a atender a um interesse *privado* do autorizatário, que não poderá utilizar o bem para fim diverso daquele que motivou a outorga, além de gerar apenas uma faculdade de uso e não uma obrigação, diante da *ausência* de interesse público na utilização do bem. A ausência de interesse público, no entanto, não permite que o bem seja utilizado para finalidade contrária ao interesse geral ou de maneira incompatível com o uso para o qual o bem está consagrado, conforme salienta Floriano de Azevedo Marques Neto⁸.

Carvalho Filho⁹ esclarece que a autorização de uso é ato unilateral porque a exteriorização da vontade é apenas da Administração Pública, embora o particular seja o interessado no uso. É também ato discricionário porque depende da valoração do Poder Público sobre a conveniência e a oportunidade. É ato precário, pois a Administração pode revogar a qualquer momento a autorização *e que apenas remotamente a autorização atende ao interesse público*, mas que o benefício maior da autorização de uso **é do administrado** que obteve a utilização. Ainda, para o renomado autor, **a autorização não deve ser conferida por prazo certo em razão do caráter precário.**

Denota-se da definição do instituto da autorização de uso que, para que esta seja conferida, não há a necessidade da utilidade pública, podendo ocorrer para fins de interesse próprio do particular. **No entanto, em nossa Lei Orgânica, condicionou-se a autorização de uso ao interesse público ou social devidamente comprovado.** vejamos a redação do §3º do art. 116 da LOM:

*Art. 116. Os bens públicos poderão, conforme sua natureza, ser utilizados pelo próprio Poder Público **ou por particulares**, observadas as regras legais pertinentes.*

§ 1º Os bens públicos de valor histórico, arquitetônico, artístico ou ambiental deverão ser utilizados de forma a preservar sua segurança, preferencialmente para atividades compatíveis com sua natureza.

§ 2º É proibida a doação, venda ou concessão de uso de qualquer fração de parques, praças, jardins ou largos públicos, salvo de pequenos espaços destinados à venda de jornais, revistas, refrigerantes e produtos diversos, desde que regulamentadas e aprovadas pelo Legislativo.

*§ 3º A concessão, a permissão e a autorização de uso de bem público por particular ou por entidade pública que não componha a administração do Município dar-se-ão nos termos prescritos em lei, **condicionadas a que haja interesse público ou social devidamente comprovado.***

⁸ MARQUES NETO, Floriano de Azevedo. Bens Públicos: Função Social e Exploração Econômica – O Regime Jurídico das Utilidades Públicas. Belo Horizonte: Fórum, 2009. p.337.

⁹ CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo, 31ª. edição revista e atualizada – São Paulo. Atlas, 2017.



§ 4º A permissão de uso de bem público por particular ou por entidade pública, será feita por um prazo máximo de 30 dias, podendo ser prorrogada uma única vez, por igual período.

§ 5º O Parque de Exposição "Francisco Olivé Diniz" só poderá ser cedido para particular ou entidade pública via concessão de uso, permissão ou comodato, com critérios definidos por lei específica. (Redação acrescida pela Emenda à Lei Orgânica nº 19/2007)

E assim, tratando-se a Lei Orgânica Municipal da Lei que, hierarquicamente, equivale à Constituição municipal, que assegura a tríplice autonomia do Município, consolidada pelo governo próprio e pelo uso de sua competência através da autoadministração, é cediço que, no Município de Pará de Minas, para ocorrer a autorização de uso de bem público a um particular, é necessário então que haja interesse público ou social.

No caso em estudo, justificou-se o cumprimento de tal requisito, uma vez que o particular em questão é a Associação Anjos do Asfalto Resgate Voluntário de Pará de Minas, que notadamente desenvolve um trabalho de grande relevância social.

Outra característica do ato de autorização de uso de bem público é a discricionariedade do ente público, prescindindo de procedimento licitatório e de autorização legislativa, desde que a iniciativa do uso parta do particular interessado e não da Administração Pública, pressupondo a inexistência de outros interessados. No entanto, caso se esteja diante de situação na qual haja mais de um pretendente à utilização do bem, a Administração deverá garantir a existência de critérios objetivos de escolha.

A ausência de licitação ou critérios objetivos de escolha no presente caso foi justificada pelo Executivo em sua mensagem anexa à proposição, da seguinte forma: *(...) resta evidente que o bem cujo uso se pretende autorizar será direcionada a instituição sem fins lucrativos, cujas atividades não guardam correlação com a produção de bens ou prestação de serviços com concorrência no mercado.*

Já em relação ao encaminhamento de proposição para autorização legislativa, também justificou o Executivo em sua mensagem sob o argumento de *garantir a ampla publicidade e transparência na materialização da autorização*.

Todavia, em nosso entendimento, a autorização de uso não possui qualquer forma nem requisitos especiais de existência ou validade, sendo suficiente a expedição de um ato pelo Chefe do Poder Executivo (decreto), revogável de maneira sumária a qualquer momento e sem ônus quaisquer para o Município. Dada por meio de uma lei, a revogação não é sumária, exige um processo legislativo.



Assim, compreendemos que compete exclusivamente ao Chefe do Executivo, como administrador dos bens municipais, avaliar o interesse público na utilização do bem público por particular, bem como qual a melhor forma de efetuar tal utilização e os termos em que a mesma deva se dar, não sendo necessária a edição de lei autorizativa pela Casa Legislativa.

Da mesma forma, a revogação de autorização de uso, ato unilateral, discricionário e precário, é um ato de gestão do Prefeito Municipal e, como tal, não exige autorização do Legislativo por intermédio do manejo do processo legislativo.

Os atos de mera gestão da coisa pública sujeitam-se única e exclusivamente ao julgamento administrativo de conveniência e oportunidade do Poder Executivo, cuja prática não se sujeita à oitiva, autorização ou controle prévio do Legislativo. A matéria se insere no rol do que se convencionou chamar de “Reserva da Administração”. Sobre o princípio constitucional da reserva de administração é pertinente a citação de trecho do seguinte acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal – STF¹⁰:

O princípio constitucional da reserva de administração impede a ingerência normativa do Poder Legislativo em matérias sujeitos à exclusiva competência administrativa do Poder Executivo. (...) Essa prática legislativa, quando efetivada, subverte a função primária da lei, transgride o princípio da divisão funcional do poder, representa comportamento heterodoxo da instituição parlamentar e importa em atuação ultravires do Poder Legislativo, que não pode, em sua atuação político-jurídica, exorbitar dos limites que definem o exercício de suas prerrogativas institucionais.

No entanto, ainda que não seja viável ou comum a autorização legislativa para o caso, em que pese os entendimentos divergentes, também não existe vedação legal que assim seja feito.

Por fim, outro aspecto que deve ser mencionado quanto à autorização de uso de bem público é a **precariedade**, ou seja, pode ocorrer a extinção de tal ato, por motivo de interesse público, a qualquer momento, sem a necessidade de indenização ao particular por ora beneficiado.

Dessa forma, em se tratando de ato precário, **como regra**, não deve ser conferida autorização de uso com prazo certo. Porém, nada impede que seja outorgada autorização de uso com prazo de vigência. Neste caso, fala-se em **autorização qualificada**.

Ademais, a precariedade não faz pressupor a possibilidade de revogação do ato, a qualquer tempo, desprovida de motivação. O princípio da segurança jurídica requer que havendo revogação do ato, esta seja acompanhada de fundamentação, demonstrando os prejuízos decorrentes da sua manutenção.

¹⁰ STF – Tribunal Pleno. ADI-MC nº 2.364/AL. DJ de 14/12/2001, p. 23. Rel. Min. Celso de Mello.



No entanto, entendem os doutrinadores que, uma vez fixado o prazo (**autorização qualificada**), ocorrerá a autolimitação, ou seja, a Administração passa a ter que obedecer àquele prazo fixado e, consoante essa medida, a revogação do ato antes do prazo geraria direito ao particular pelos prejuízos causados.

Conforme aduz, mais uma vez, Maria Sylvia Zanella Di Pietro¹¹:

*A autorização pode ser **simples** (sem prazo) e **qualificada** (com prazo). (...)
O legislador brasileiro tem previsto a possibilidade de fixação de prazo (...)
A fixação de prazo tira à autorização o caráter de precariedade, conferindo ao uso privativo certo grau de estabilidade; vincula a Administração à obediência do prazo e cria, para o particular, direito público subjetivo ao exercício da utilização até o termo final previamente fixado; em consequência, se razões de interesse público obrigarem à revogação extemporânea, ficará o poder público na contingência de ter que pagar indenização ao particular, para compensar o sacrifício de seu direito. Manifesta é a inconveniência de estipulação de prazo nas autorizações.*

Entretanto, a despeito dessa possibilidade, faz-se necessário trazer alguns apontamentos. E para isso, é necessário novamente recorrer à Lei Orgânica Municipal, **que condicionou a autorização de uso ao prazo máximo de 60 (sessenta) dias**, conforme dispõe o inciso VII de seu art. 79:

Art. 79. Compete ao Prefeito, entre outras atribuições:

(...)

VII – permitir ou autorizar, por até 60 (sessenta) dias, o uso de bens municipais por terceiros;

(...) [Destacamos]

Conforme vimos anteriormente, não há nenhuma ilegalidade no fato de serem estabelecidos para a autorização de uso prazos maiores que o contido na Lei Orgânica. Ocorre que tal prazo, qual seja, de até 60 (sessenta) dias, consta **expressamente** no normativo municipal. O dispositivo acima transcrito permite até mesmo uma incongruência não notada anteriormente em projetos com o mesmo objeto, pois entra em contradição com o §4º do artigo 116, da própria Lei Orgânica, que assim dispõe:

Art. 116. Os bens públicos poderão, conforme sua natureza, ser utilizados pelo próprio Poder Público ou por particulares, observadas as regras legais pertinentes.

(...)

¹¹ DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 20 ed. São Paulo: Atlas. 2014. p. 768.



§ 4º A permissão de uso de bem público por particular ou por entidade pública, será feita por um prazo máximo de 30 dias, podendo ser prorrogada uma única vez, por igual período. [Destacamos]

Logo, verifica-se, por exemplo, que a LOM traz dois prazos distintos para o instituto da permissão de uso, de até 30 (trinta) dias e 60 (sessenta) dias.

E neste sentido, sugerimos aos nobres edis que avaliem posteriormente a devida adequação na legislação municipal, seja para a retirada de prazo para as autorizações e permissões de uso, seja para a unificação dos prazos referentes à permissão de uso.

Assim sendo, feitas as considerações necessárias e apesar do entendimento acerca da desnecessidade de autorização legislativa, o projeto de lei ora analisado está apto para tramitação nos termos regimentais, **à exceção das observações feitas em relação ao prazo fixado para a autorização de uso, que está em desacordo com a Lei Orgânica do Município**, de modo que julgamos necessário alertar os parlamentares acerca da questão.

VI – Da Conclusão


Por todo o exposto, *salvo melhor juízo*, conclui-se que o **Projeto de Lei nº 10/2025** possui competência legislativa municipal e é de iniciativa do Poder Executivo, havendo, ainda, compatibilidade material com a Constituição Federal e demais princípios e regras do ordenamento jurídico brasileiro, **à exceção do prazo concedido para autorização de uso, que vai de encontro ao que determina a Lei Orgânica do Município de Pará de Minas**.

Ressaltamos que, para aprovação de matéria desta natureza, é exigido quórum de maioria simples dos votos dos membros da Câmara Municipal, desde que presentes a maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal, conforme o art. 195 do Regimento Interno.

É o nosso parecer, o qual submetemos, *sub censura*, à consideração da digna **Comissão de Legislação e Justiça** desta Casa.

Pará de Minas, 26 de fevereiro de 2025.


Evandro Rafael Silva
Procurador Geral


Sheila Bastos Gomes
Procuradora Adjunta